



**ESTADO DO MATO GROSSO  
PREFEITURA DE PEDRA PRETA  
GABINETE DO PREFEITO**

**OFÍCIO Nº 324/2019/GAB**

Pedra Preta – MT, 04 de setembro de 2019.

Assunto: Encaminha Minuta a Projeto de Lei e Retira Projetos de Lei.

Senhor Presidente

Ao tempo em que externo os cordiais cumprimentos sirvo do presente para encaminhar uma nova Minuta ao Projeto de Lei nº 031/2019, em razão da necessidade de alteração em sua redação, bem como acréscimo de dispositivos antes não previstos, como forma a melhor disciplinar a matéria. Aproveitamos para solicitar a retirada dos Projetos Lei nº 020 e 026/2019 que foram encaminhados anteriormente.

Sem mais, certo do acolhimento dos Projetos de Lei em comento, colocamo-nos ao inteiro dispor para esclarecimentos que se fizerem necessários, pelo que antecipadamente agradecemos, elevando préstimos de estima e consideração.

Atenciosamente,



**JUVENAL PEREIRA BRITO**

**Prefeito**

AO  
Ilmo Senhor  
**Hélio de Farias**  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL  
PEDRA PRETA - ESTADO DE MATO GROSSO

Av. Fernando Correa da Costa, nº 940 – Centro – Pedra Preta – MT CEP 78795-000  
Fone: (66) 3486-4400 Fax: (66) 3486-4401 [gabinete@pedrapreta.mt.gov.br](mailto:gabinete@pedrapreta.mt.gov.br)



# ESTADO DO MATO GROSSO

## PREFEITURA DE PEDRA PRETA

**MENSAGEM N° 031/2019 DE 02 de SETEMBRO DE 2019**

Excelentíssimo Senhor Presidente,  
Nobres Edis,

Sirvo me da presente para encaminhar para apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei em anexo, que **“Dispõe sobre a regulamentação do disposto na subseção IV da Lei Municipal n. 075/1998, que prevê o pagamento do adicional de insalubridade devido aos servidores públicos municipais e dá outras providências”**.

Prezados Edis, informo que o presente Projeto de Lei tem a finalidade de, dando cumprimento ao estabelecido no Art. 2° do Decreto Municipal n° 094/2019 de 28 de Junho de 2019, regulamentar o pagamento do Adicional de Insalubridade previsto no Art. 166 a 170 da Lei Municipal n° 075/1998.

Nobres Vereadores, tal medida se faz necessária para, em definitivo, regulamentar o pagamento do adicional de insalubridade aos servidores públicos municipais, ofertando segurança jurídica a todos à partir da fixação de critérios técnicos e índices pré-estabelecidos.

É de bom alvitre mencionar que o presente projeto de lei figura como uma valorização do funcionalismo público municipal, especialmente aqueles vinculados à área da saúde, que poderão, depois de mais de 20 (vinte) anos da edição do Regime Jurídico Único, ter seu pagamento do adicional que lhes é devido, garantido por Lei Municipal.




## ESTADO DO MATO GROSSO PREFEITURA DE PEDRA PRETA

Isso porque, em razão de se tratar de norma de eficácia limitada, o pagamento calcado em omissão legislativa provoca insegurança à percepção, de sorte que tal matéria é objeto, inclusive, de *“ação de obrigação de fazer com pedido de tutela antecipada inaudita altera parte”* movida pelo Ministério Público Estadual (Cód. 72935) em que visa compelir o Município a regular a matéria.

Dada a urgência, requeremos que o referido Projeto de Lei, seja analisado em **REGIME DE URGÊNCIA**, e se for necessário a convocação de **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, para análise e deliberação do mesmo.

Aproveitando o ensejo, reiteramos as Vossas Excelências os protestos de estima, consideração e elevado apreço.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso,**  
Edifício Sede do Poder Executivo, aos 02 de Setembro de 2019.



**Juvenal Pereira Brito**  
**Prefeito Municipal**



# ESTADO DO MATO GROSSO

## PREFEITURA DE PEDRA PRETA

PROJETO DE LEI Nº 031/2019 DE 02 de Setembro de 2019

“Dispõe sobre a regulamentação do disposto na subseção IV da Lei Municipal n. 075/1998, que prevê o pagamento do adicional de insalubridade devido aos servidores públicos municipais e dá outras providências”.

**JUVENAL PEREIRA BRITO**, PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica assegurado aos Servidores Municipais que trabalhem de forma habitual e permanente em locais e/ou atividades e/ou operações consideradas insalubres o pagamento do adicional de insalubridade.

**Parágrafo único.** Para efeito de caracterização das atividades em locais insalubres, serão consideradas exclusivamente as normas constantes na presente Lei, concomitantemente às demais Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho referentes à Segurança e Saúde no Trabalho.

**Art. 2º** - Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os servidores públicos municipais a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância, fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

§ 1º Para fins de caracterização da insalubridade, os limites de tolerância aos agentes agressivos, meios de proteção e o tempo máximo de exposição do servidor a esses agentes, serão consideradas as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, devidamente amparadas por Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho elaborado por profissional competente.

§ 2º Deverão ser observadas as normas regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho, quanto às medidas de proteção do organismo do servidor nas operações que produzem aerodispersóides tóxicos, irritantes, alergênicos ou incômodos.



## ESTADO DO MATO GROSSO

### PREFEITURA DE PEDRA PRETA

**Art. 3º** - A eliminação ou a neutralização da insalubridade ocorrerá:

- I - com a adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância;
- II - com a utilização de equipamentos de proteção individual ao trabalhador, que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância.

**Art. 4º** - O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, assegura ao servidor a percepção de adicional de insalubridade de 40%, 20% e 10% sob o valor do salário ou vencimento básico, do nível e padrão iniciais da tabela de vencimentos do quadro permanente do plano de cargos e salários, de acordo com jornada mensal, aplicando-se os percentuais correspondentes aos respectivos graus, não incidindo sob quaisquer vantagens pecuniárias temporárias ou permanentes.

**Parágrafo Único.** Em caso de incidência de mais de um fator de insalubridade será apenas considerado o de grau mais elevado, para efeito de acréscimo salarial, sendo vedada a percepção cumulativa.

**Art. 5º** - A Secretaria Municipal de Saúde enviará ao Departamento de Recursos Humanos relatório completo dos servidores aptos à percepção do adicional, instruído com os documentos e informações necessárias, em especial o laudo técnico de condições ambientais do trabalho, com indicativo do responsável pela elaboração.

**Art. 6º** - A caracterização e a classificação da insalubridade nos ambientes de trabalho da Prefeitura Municipal de Pedra Preta far-se-á por meio de perícia/laudo técnico a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, o qual deverá considerar as situações individuais de trabalho de cada servidor.

**§ 1º** Deverão ser observadas as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho para a elaboração do laudo de verificação de caracterização e classificação do exercício de atividade insalubre.

**§ 2º** Em caso de constatação de exposição do servidor a condições insalubres, o Laudo Técnico deverá indicar, dentre outras informações necessárias, o grau percentual pertinente e o agente agressivo atuante.

**§ 3º** O exercício eventual e não permanente de atividades consideradas insalubres, não gera direito à percepção do adicional de insalubridade



## **ESTADO DO MATO GROSSO**

### **PREFEITURA DE PEDRA PRETA**

**Art. 7º** - O adicional de insalubridade não se cumula com outras verbas de mesma natureza e não incorpora a remuneração para qualquer efeito.

**Art. 8º** - Haverá permanente controle da atividade de servidores em operações ou locais considerados insalubres, devendo a Secretaria Municipal de Saúde informar ao Departamento de Recursos Humanos quando houver mudança do local ou condições de trabalho do servidor para realização de avaliação acerca da caracterização e classificação do exercício de atividade insalubre.

**Art. 9º** - Uma vez cessada a causa que justifique a percepção do adicional de insalubridade pelo servidor, cessará o direito à percepção do respectivo adicional.

**Parágrafo Único.** O direito do servidor ao adicional de insalubridade será suspenso quando houver o afastamento das atividades insalubres por período superior a 30 (trinta) dias.

**Art. 10º** - O direito do servidor ao adicional de insalubridade cessará:

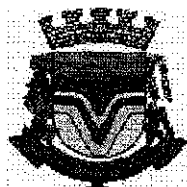
- I - com a eliminação, neutralização ou redução do risco à sua saúde ou integridade física aos níveis de tolerância;
- II - com a transferência do servidor para outro local de trabalho não considerado insalubre;;
- III - quando detectado pela fiscalização da Unidade Administrativa, competente, a não realização pelo servidor de atividades insalubres.

**Artigo 11º** - Revoga-se o índice especial previsto no Parágrafo Único, Art. 169 da Lei Municipal nº. 075/1998.

**Artigo 12º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, Edifício**  
Sede do Poder Executivo, aos 02 dias do mês de Setembro de 2019.

**Juvenal Pereira Brito**  
**Prefeito Municipal**



**Câmara Municipal de Pedra Preta - MT - Pedra Preta - MT**  
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

**COMPROVANTE DE PROTOCOLO**



001249

Autenticação: 02019/09/04001249

<b>Número / Ano</b>	001249/2019
<b>Data / Horário</b>	04/09/2019 - 16:50:10
<b>Assunto</b>	Encaminhando Minuta ao Projeto de Lei nº 031/2019 em razão da necessidade de alteração em sua Redação e solicitando a retirada dos Projetos de Lei nºs 020 e 026/2019 encaminhados anteriormente a essa Casa de Leis.
<b>Interessado</b>	Juvenal Pereira Brito- Prefeito Municipal
<b>Natureza</b>	Administrativo
<b>Tipo Documento</b>	Ofício
<b>Número Páginas</b>	1
<b>Comprovante emitido por</b>	Marlene